

VIOÊNCIA ESCOLAR: PERSPECTIVAS DE AÇÕES EDUCACIONAIS E INSTITUCIONAIS

RAFAEL MARRERO BRIGNOL; CARLA GONÇALVES RODRIGUES²

¹ PPGE/UFPEL – rafabrig@yahoo.com.br

² Profª FAE, PPGE/UFPEL – cgrm@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe um recorte no projeto de pesquisa em andamento sobre a violência escolar, a partir da investigação iniciada nos preceitos da Análise Institucional. Seu objetivo é verificar a existência de violências institucionais, assim como o potencial de mobilização coletiva, em grupos de seis alunos e seis professores da rede pública de ensino da cidade de Bagé. Como instrumento será utilizada a análise em grupos-dispositivos (BARROS, 2007), no entendimento das demandas e implicações (LOURAU, 1993) dos atores escolares acerca do assunto.

No princípio desse trajeto foram abordados alguns aspectos que aqui se tornam objetos de discussão. Os pontos destacados referem-se a fatores causais na incidência de condutas violentas na escola, visto que, a partir de tais premissas são feitas proposições e indicados caminhos para lidar com o fenômeno. Ao pontuar alguns preceitos de intervenções existentes, com base no referencial teórico visitado, a pesquisa em andamento volta-se para a abordagem analítico-institucional, de modo a explorar sua possível articulação com a temática.

Na primeira etapa da referida investigação realizou-se levantamento bibliográfico em bases de dados relativas à publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na Internet. Por um lado, evidenciaram-se fatores que vem a ocasionar situações violentas, ainda proposições de prevenção, dentre os quais se verificam: o entendimento sobre a existência de conflitos escolares e a consequente busca por resolução através da mediação de conflito (CHRISPINO, 2007); a falta de gestão democrática e práticas de ensino não significativas, das quais decorrem proposições para o combate ou prevenção à violência escolar com a modificação da forma de gerir a escola e o currículo (GALVÃO et al, 2010).

Por outro lado, a Análise Institucional apontou um caminho diferente para a intervenção escolar, na medida em que são avaliadas as demandas geradas pelos sujeitos e compreendidas suas implicações na tomada de decisões coletivas. Assim, entende-se que podem ser pensadas práticas direcionadas à análise da violência pelos próprios atores escolares, com intuito da mobilização frente às suas problemáticas. Segundo LOURAU (1993), essa prática volta-se para o princípio de autogestão, que trata diretamente com os diversos integrantes da instituição, de modo que assumam a autoria dos planos de ação a partir das demandas geradas.

2. METODOLOGIA

Na primeira etapa desse estudo realizou-se uma investigação de cunho bibliográfica. Acessou-se a base de dados do *Scielo* (Scientific Electronic Library Online), em um período de dez anos (2004 a 2014), contendo as palavras-chave “violência-escolar”. Vinte artigos foram encontrados, escritos em língua portuguesa, com discussões atuais sobre o assunto. A pesquisa bibliográfica, segundo LIMA e MIOTO (2007), compreende o levantamento do material teórico de forma

sistemática, de maneira que o pesquisador faça uma leitura seletiva relativa ao material que interessa para atender suas problematizações.

Ao explorar o conteúdo dos artigos capturados, optou-se pela escolha das pesquisas de CHRISPINO (2007), CHRISPINO E DUSI (2013), CHRISPINO E GONÇALVES (2013), GALVÃO et al (2010) por tratarem diretamente de possíveis causas e indicadores de intervenção acerca da violência escolar. A leitura repetida e atenta dos textos favoreceu a percepção de convergências e o mapeamento dos motivos da violência atribuída no contexto averiguado pelos autores. Por outra via, o conjunto total dos artigos acessados, conduziram a teóricos como FOUCAULT (2009), LOURAU (1993), LOURAU E ARDOINO (2003), enfocando a temática segundo aspectos referentes à Análise Institucional.

Nessa segunda via, a pesquisa passa a desenvolver-se em direção ao acesso à experiência dos sujeitos, contudo considera-se que o ato de pesquisar incide diretamente sobre o campo. Essa tomada de posição recusa pretensões de objetividade e neutralidade científica. Dessa forma, pesquisador e objeto estão em coemergência em um mesmo plano (PASSOS, BARROS, 2009).

Assim, ao investigar sobre a violência escolar, pretende-se imergir em uma realidade processual, que está em constante produção, da qual o sujeito e objeto são inseparáveis. A metodologia participativa, para AGUIAR E ROCHA (2007), opta por uma mudança de postura em relação ao modelo clássico de fazer pesquisa, uma vez que: “todos passam a ser coautores do processo de diagnóstico da situação-problema e da construção de caminhos para o enfrentamento e solução das questões” (p. 651).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência é considerada um problema em muitas escolas, sendo difícil delimitar um conceito geral que abranja todas suas implicações, tampouco é possível obter uma noção universal sobre o tema. Esse fenômeno é vivido de modo multidirecional, pois a escola é vista como vítima, autora e local de aprendizagem de violências. Alunos, professores e funcionários ocupam várias posições, como autores, vítimas e testemunhas. Os atos se caracterizam por violência física e simbólica, a primeira referente a agressões corporais, já a segunda se distinguindo por imposições, a vontade de um sujeito (ou grupo) sobre outro (GALVÃO et al, 2010).

No decorrer desse estudo evidenciaram-se como critérios preponderantes as causalidades e proposições sobre o assunto. A causa dos confrontos no ambiente educacional, segundo CHRISPINO E DUSI (2008), deve-se à massificação do ensino, que ocorreu no Brasil, ganhando força nos anos 90. Para os autores, a escola teve que comportar grande diversidade cultural, o que trouxe inúmeros embates com os quais têm, ainda hoje, dificuldade em lidar. Como exemplo, está a dificuldade na relação entre professor e aluno. Foi a partir de conflitos sem resolução, todavia negados pela instituição escolar, que a violência se intensificou generalizou-se.

Em outra pesquisa, CHRISPINO (2007) entende que os conflitos não solucionados vêm a desencadear atos violentos. Tais tensões ocorrem devido à diferença de opinião e interesses entre alunos, professores e gestores. CHRISPINO e DUSI (2008) concluem que crianças e jovens envolvidos em episódios de violências possuem pouca percepção de seu futuro, além de apresentarem limitações diversas, tais como financeiras, físicas, afetivas dentre outras.

Para GALVÃO et al. (2010), a escola é vista como o local no qual são produzidas violências, que decorrem da ausência do diálogo entre docentes,

discentes e gestores. Junto a isso é detectada a falta de democracia e participação coletiva, pois os alunos e a comunidade escolar não compartilham do estabelecimento de normas e do projeto político pedagógico da escola. Além disso, as práticas de ensino pouco significativas tornam a vivência escolar esvaziada de sentido, o que decorre de um currículo incondizente com as aspirações dos discentes, referentes à sua realização pessoal e desejo de um bom futuro profissional.

A partir da demarcação das causalidades, os trabalhos propõem modos de ação sobre a violência escolar. CHRISPINO (2007) elabora estratégias de intervenção relativas à mediação e classificação dos conflitos, através do estabelecimento da comunicação entre as partes, por intermédio de um mediador. Em outra pesquisa aponta para a criação de políticas públicas sistêmicas, objetivando a resiliência dos alunos, para suportar as restrições às quais são submetidos (CHRISPINO, GONÇALVES, 2013).

Ao detectar a fraca presença do diálogo na relação entre professor e aluno, e a pouca participação coletiva da comunidade escolar, GALVÃO et al. (2010) indica que a gestão democrática, assim como práticas de ensino significativas incidem na redução da violência na escola. Da mesma forma, apontam para projetos de prevenção que visem o estabelecimento do diálogo, bem como na construção de um currículo voltado para o desenvolvimento de valores e atitudes de cooperação.

No entanto, é possível notar a disjunção que ocorre entre as proposições de combate e prevenção à violência com as especificidades de cada instituição escolar. Pois como a escola, por si mesma, vai ser capaz de implementar um modelo de gestão democrática? De outra forma, como é possível por em funcionamento um projeto de mediação de conflitos sem atentar para as demandas institucionais, nem o desejo dos sujeitos? A postura dos pesquisadores se assemelha ao que FOUCAULT (2009) entende sobre o papel incorporado pelo intelectual como de agente da consciência, alguém que propõe caminhos e direciona as massas, naquilo que considera certo ou “verdade”.

Ao propor outra via para tratar do tema em questão, esta pesquisa em curso acena com a possibilidade de introduzir a Análise Institucional, que segundo LOURAU (2003) vem justamente para tratar das demandas institucionais, já que nela se considera a implicação dos sujeitos, sua história e seus processos vividos de forma coletiva. Nessa leitura, na medida em que as escolas possuem suas particularidades e se constituem de forma singular, acredita-se ser possível imbuir a violência escolar como objeto de análise, de modo a compor propostas de ação a partir dos próprios atores escolares.

Trata-se de pensar como os sujeitos podem se autorizar a tomar a palavra sobre si. O processo de análise caminha na direção da autogestão, de modo que os alunos e professores podem, também, ser os analistas de suas demandas. Contudo, esse trabalho é feito por uma equipe que busca potencializar a comunicação e identificar os campos de coerência, para junto aos analisados produzir desarranjos no se apresenta, até então, como imutável (ARDOINO, LOURAU, 2003).

Entende-se que os programas de prevenção e estratégias de intervenção sobre a violência escolar podem contar com a implicação e iniciativa de gestores, professores, alunos e funcionários. No entanto, para objetivar o engajamento dos atores, no ato de gerenciar a si mesmos, se faz importante o trabalho de análise das necessidades que se apresentam, bem como do potencial de transformação da instituição. Desse modo, pode-se pensar que através da implicação dos atores

escolares é possível discutir como são geradas suas violências, ainda estratégias de enfrentamento dos problemas enunciados.

4. CONCLUSÕES

A partir do referencial teórico próprio da educação é possível compreender algumas causas das quais são delineadas propostas de combate e prevenção à violência escolar. No entanto, notou-se que, apesar das fecundas discussões sobre o assunto, os indicadores de intervenção pouco consideram a diversidade e a especificidade das instituições, o que abre espaço para novos questionamentos sobre esses aspectos. Nesta pesquisa em andamento, entende-se que a Análise Institucional acena como uma forma de intervir na escola (LOURAU, 1993). Na medida em que, para se proporem intervenções, é preciso atentar que a teoria só se faz enquanto prática não alienada dos processos existentes em cada instituição.

O trabalho analítico surge como alternativa para investigar a violência existente na escola, a partir do que se institui, do que está cristalizado a nível das relações, mas também no que se pode fazer enquanto mobilização dos coletivos, na busca de discutir os problemas que emergem de suas experiências. Contudo, estes são apenas entendimentos iniciais, abrindo margens para uma maior exploração futura acerca da Análise Institucional na instituição escolar e a possibilidade de articulação com o tema em questão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, K.F. ROCHA, M.L. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n.4, p. 648-668, 2007.
- ARDOINO, J. LOURAU, R. **As pedagogias institucionais**. São Carlos: Rima, 2003.
- BARROS, R. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina/Editora UFRGS, 2009.
- CHRISPINO, A. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, jan./mar. 2007.
- CHRISPINO, A. DUSI, M. Uma proposta de modelagem de política pública para redução da violência escolar e promoção da cultura da paz. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 597-624, out./dez. 2008.
- CHRISPINO, A. GONÇALVES, D.E.G. Políticas públicas sistêmicas para a redução da violência: a visão de futuro e a resiliência. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 81, p. 821-838, out./dez. 2013.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- GALVÃO, A; GOMES, C; CAPANEMA, C; CALIMAN, G; CAMARA, J. Violências escolares: implicações para a gestão e o currículo. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, vol.18, n.68, p. 425-442, 2010.
- LIMA, T. MIOTO, R. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, vol. 10, p.37-45, 2007.
- LOURAU, R. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1993.
- PASSOS, E. BARROS, R. A cartografia como método de cartografia pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método cartográfico pesquisa-intervenção**. Porto Alegre: Sulina, 2012. Cap.1, p. 17-31.